



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO PENAL



CERTIDÃO – 2014

MARIA CARMEN DE LIMA MARTINS PINTO, SECRETÁRIA JUDICIÁRIA DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR DESIGNAÇÃO LEGAL ETC...

CERTIFICA, pela faculdade que lhe é conferida por lei, e a requerimento por escrito do(a) Sr.(a) JULIO BRIZZI NETO, brasileiro(a), nascido aos 15/12/1982, filho de ANTONIO SILVIO BRIZZI E EDITE MARIA CALDAS FONTENELE BRIZZI, portador da cédula de identidade nº 96002246563 – SSP-CE e CPF Nº 927.065.923-20, que mediante pesquisa realizada junto aos sistemas processuais SPROC/SAJ, NÃO FOI CONSTATADO QUALQUER PROCEDIMENTO CRIMINAL NESTA EGRÉGIA CORTE EM DESFAVOR DO(A) REQUERENTE ACIMA MENCIONADO(A) NOS TERMOS DO §1º, INCISOS I e II, DO ART. 8º DA RESOLUÇÃO Nº 121 DO CNJ<sup>1</sup>, DE 05 DE OUTUBRO DE 2010. O referido é verdade. Dou fé. Dada e passada no Departamento Judiciário Penal da Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, ao 3º (terceiro) dia do mês de julho do ano de 2014 (dois mil e quatorze). Eu, lll, Conceição de Maria Veras Beleza, Mat. - 1740, realizei a pesquisa e digitei a presente. Conforme, [assinatura], Lília Maria Santos Bezerra – Diretora de Departamento Judiciário Penal – TJ/CE.

VISTO [assinatura] Secretária Judiciária.

“VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.”

“O PRAZO DE VALIDADE DESTA CERTIDÃO É DE 30 (TRINTA) DIAS, A CONTAR DA DATA DE SUA EMISSÃO.”

A presente Certidão não contém emendas nem rasuras.

1 - Art. 8. A certidão judicial, cível ou criminal, será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada.

§1º. A certidão judicial criminal também será negativa:

I – quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado.

II – em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida.